

## FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

SUBSCREVE-SE A 25500 RS. POR TRIMESTRE (13 NÚMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

SABBADO 4 DE SETEMBRO.

MARANHAO TYPOGRAPHIA DA TEMPERANCA, IMPRESO POR MANOEL P. FREIRE RAMOS, NA RUA FORMOSA CASA N.º 2.

## RIO DE JANEIRO.

## SENADO.

**O Sr. VASCONCELOS:** — Sr. Presidente, trata-se da reforma de um cabô que me parece que devia ter mais de subsistência por outro modo. Não ha ali nua casa de invalidos! Eu, como adheci a boa parte ou a quasi todo o programma da politica que o nobre ministro do Imperio o Sr. senador Paula Souza declarou ter decidido o ministerio, desejo que, para principiarmos a coadjuvar este nobre ministro na sua tarefa, sejamos mais circunspectos na concessão de tantas pensões, e aposentadorias, bem como nos aumentos de ordenados.

**O Sr. PAULA SOUZA (ministro do Império):** — Apoiado.

**O Sr. VASCONCELOS:** — Não se note principiar esta observação pela reforma de um pobre cabô. Quisera eu que se fizesse um exame serio, e se conhecesse o nosso estudo, as nossas necessidades, para dar-se preferência ás mais urgentes, visto que não é possível acudir a todas.

Por esta occasião eu tenho de manifestar ao senado o incommodo que tive hoje ao sentar-me nesta cadeira e lendo a *Gazeta Oficial*. Publica ella um decreto pelo qual é nomeado presidente do conselho de ministros o honrado ministro da fazenda o nosso collega o Sr. Manoel Alves Branco. Não contesto a este nobre senador a capacidade para exercer tão alto emprego, mas o que eu não posso conceber é como o presidente do conselho vai executar uma política não sua, contraria à que elle tem quasi apresentado nas cartas. Não lhe muito tempo que se declarou ser a politica da administração de 22 de maio—favor aos amigos e justiça para todos—mas justiça fregada por deputados falsos e por senadores falsos. Não chamarrei à lembrança objectos desagradáveis, visto querer seguir em tudo as advertências do nosso illustre collega o Sr. Antônio Pedro da Costa Ferreira. Ora, sendo esta a politica da administração ao tempo em que entrou para o ministerio o Sr. Paula Souza, não sei como possa agora ser presidente do conselho o nobre ministro o Sr. Manoel Alves Branco.

Eu já disse, e repito, formo a mais vantajosa ideia da capacidade desse illustre Brasileiro; mas o que julgo que não cabe nas suas facas é presidir um conselho de uma politica naq' sua. Primeiro, tenho de observar que a presidencia do conselho não é politica da administração de 22 de maio; se politica que apareceu, que pela primeira vez se ouviu soar nos conselhos da corte quando para elles en-

trou o Sr. senador Paula Souza; em segundo lugar, se em conteho bem o que quer dizer—presidente do conselho,—a sua principal occupação é fiscalizar a observância da politica adoptada, examinar se algum dos seus ministros se esquece de seus compromissos, se um marcha para a direita e outro para a esquerda, quando todos deviam avançar ou recuar: o presidente do conselho é o laço da unidade da administração. Ora, como poderá desempenhar estas funções o Sr. Manoel Alves Branco, que tem sempre seguido politica contraria à proclamada pelo Sr. Paula Souza na camara dos deputados?

Se eu entendi bem o programma do nobre ministro do imperio, declarou elle, entre outras cousas, que os principais empregos ou agentes administrativos devião ser da confiança do governo, e que, quando elles a não merecessem, devião ser demitidos. Esta proposição, esta politica, esta doutrina, penso eu que neahum de nós a contestará (*apoiados*); mas a politica da administração de 22 de maio não era essa, estendia a sua accão até aos officiaes de justiça! Se um official de justiça não cumpria fielmente ainda o que não era da sua obrigação, era demitido; inspectores de quarteiras solrião também por não se conformarem com as ordens que lhes davão sobre objectos estranhos a seus deveres. Não quero particularizar, nomear nem declarar se há muitos ou poucos dias se procedeu assim. Sendo incontestável o que acabo de dizer, parece-me que as esperanças que eu tinha concebido ao ler o programma do Sr. ministro do imperio, o Sr. Paula Souza, se tem quasi de todo dissipado, porque o presidente do conselho, a primeira entidade do conselho, contraria esta politica.

Eu declaro que só tenho algumas dvidas quanto ao que disse o Sr. Paula Souza relativamente à organização que julga se deve dar ao conselho de estado; mas nem esta divergência é essencial, nem mesmo, desejando a realização das outras partes da sua politica, negaria o meu voto, quando elle fosse preciso, para que toda a politica vingasse.

Sendo esta a minha convicção, que eu com prazer enuncio perante o paiz, não fiquei satisfeito quando li o decreto que nomeava presidente do conselho ao nobre senador o Sr. Manoel Alves Branco; e, este meu dissabor, ou a enunciação dele, não é offensivo do nobre senador, porque eu separo a sua capacidade, suas excellentes qualidades, da politica com que elle se comprometeu entrando para o ministerio de 22 de maio, que elle anunciou muito claramente na camara dos deputados, que tem sido, até o presente en-

cetaria, penso que em não pequena escala... prometeu muito!

Se eu não tivesse lido o decreto, talvez não tocasse neste objecto; mas encontro que o senado não considerará inopportuna ou não taxará de impertinente esta minha observação, porque, se ella não fiz feita ate ao presente se não tinha criado presidente do conselho, não se tinha fixado idéas a este respeito, o juizo que desta nova ciudade deve formar o senado. Ao menos servirão estas palavras de chamar a atenção do senado sobre este objecto, que considero de summa transcendência.

Não sei para que servem tantas verbas no orçamento—asylo de invalidos, despesas para aqui, despesas para ali com o exercito, e a final ainda o corpo legislativo tem de ocupar-se com reformas de cabos de esquadra, que me parece que podiam ser bem tratados pelas disposições das leis existentes, com as quantias que se designa para esse fim.

**O Sr. PAULA SOUZA (ministro do Império):** — Deve fazer algumas observações sobre o q' acaba de dizer o honrado membro.

O senado conhece perfeitamente quaes tem sido minhas opiniões sobre todos os pontos que se tratam nas camaras, e sobre a marcha do governo do paiz. Entrando eu para a administração, foi sempre a minha intenção procurar nella sustentar e realizar as idéas que antes havia enunciado, ou retirar-me quando visse que o não podia conseguir. Nesse sentido enunciou algumas opiniões na camara dos deputados, e muita satisfação me causou o honrado membro dizendo que concorda com a maior parte delas.

Mas julga o honrado membro impossível a realização de meus desejos, porque a politica do nobre presidente do conselho é diversa. Eu disse já na camara dos deputados, e sou forçado a repetir, que, quando se me fez a hora de convidar para fazer parte da administração, enunciou as minhas opiniões a respeito da marcha que continuaria seguir, e se me respondeu que eram essas as opiniões do governo. Por consequencia estou persuadido de que todos os membros da administração, e portanto o presidente do conselho, tem o mesmo pensamento que eu tenho.

Não posso dizer qual tem sido até agora a marcha do actual governo desde a sua installação, porque estando dentro dos olhos, não tenho podido ler as discussões das camaras, nem por-me em dia com os actos administrativos e a marcha dos negócios publicos. E' isto uma verdade; portanto não posso, ainda que o quisesse, entrar na analyse da maneira porque o governo tem procedido ate agora. O que posso bem afirmar é que todos os membros tem as opiniões que enunciou,

e como os julgo homens de honra, estou que hão de sustentá-las. Nesta persuasão lisonjeio-me do apoio do honrado membro e de seus amigos políticos, uma vez que concordão nas opiniões que emitiu; e se em alguma causa divergem, já disse na camara dos deputados que não afirmava que as minhas opiniões erão as melhores; o fundo delas é que quererrei sustentar; mas estou prompto a modificá-las, a mudar algumas, se pela experiência e discussão se me convencer de que estou em erro, ou de que não posso fazer tudo, sendo entretanto de vantagem para o paiz que se faça parte do que quero.

Ora, sendo assim, tendo todos os membros do governo as mesmas opiniões, tendo-se elles compromettido a realizar estas idéas, parece que outro não devia ser o presidente do conselho se não o que organizou este ministerio; e como tenho todos os meus collegas por homens de honra, devo esperar que seja a marcha do governo aquella que eu descrevi.

Eu poderia errar na explicação dos principios que enunciiei, mas protesto mudar de opinião logo que se me convenha de que estou em erro. Se porém não puder realizar o que desejo, desde já declaro no senado que me retirarei. Eu quero fazer o bem do meu paiz; receio que para isso me faltem as necessarias forças; mas emfin tentarei fazê-lo do modo porque entendo que o devo; e, logo que veja que isso não é possível, retirar-me hei. A estada no governo do Brazil, nas circunstâncias presentes, não é causa que nenhum homem possa appetecer (*apoiar*); se poi, eu aceitei este pesado encargo, foi por considerações de alta gravidade....

O Sr. VASCONCELLOS:—Apoiado.

O Sr. PAULA SOUZA (ministro do império):—Logo que me desenganar da realização de meus pensamentos, devo retirar-me; outros haverá que tenham mais capacidade do que eu.

Eis o acordo em que estou, e certo de que é este o de meus collegas, muito e muito folgarei de merecer o apoio do honrado membro e de seus amigos políticos, porque o que eu desejo não é o bem de partidos, nem de pessoas, mas o do paiz.

O Sr. ALVES BRANCO (presidente do conselho):—Sr. presidente, uma das vantagens que eu entendo deve tirar o paiz da resolução tomada pelo nobre senador o Sr. Paula Souza, de ajudar-nos no ardua tarefa do ministerio, é sem dúvida a cooperação que parece estar promettida ao mesmo ministerio pelo nobre senador o Sr. Vasconcellos. Este nobre senador porém disse que apoiando as idéias do Sr. Paula Souza, não apoia as opiniões ou idéias da administração que existia antes da entrada de S. Exc. O senado já ouviu o que o meu nobre collega, o Sr. ministro do império, disse a respeito da política do ministerio; e só me resta provar que o nobre senador a quem me refiro não tem razão alguma em entender que essa política, antes da entrada do Sr. Paula Souza, era diversa da deste nobre senador, actualmente ministro do império.

O nobre senador leu o discurso do Sr. Paula Souza na camara dos deputados, viu os pontos que elle declarou sobre as bases de suas idéas, e que apresentou ao ministerio para ver se se podia ou não associar a elle. Essas idéias são, primeiro, a reforma da lei que alterou o código do processo no paiz; essa reforma

já tinha sido anunciada pelo ministerio, ainda que não muito desenvolvida. Depois a reforma da lei de eleições no sentido de as tornar directas; estas também são as minhas idéas, sempre o foram e são de todo o ministerio actual. Ultimamente, a reforma do conselho de estado: o nobre senador sabe também que quando se tratou do conselho de estado, eu tirei uma opinião diversa da maioria, opinião que se aproximava muito a do Sr. Paula Souza; ainda que divergissemos em pontos de pequena importância, estávamos de acordo na ideia capital da organização.

Já vê o nobre senador que sobre estas bases não ha, nem pode haver, divergência de opiniões entre o ministerio como estava organizado e o que actualmente existe.

Examinemos agora um outro ponto de que muito se tem falado sem razão alguma; isto é dizer-se que o ministerio de 22 de maio tutela por política—justiça a todos e favor aos amigos; e não sei que mais que o nobre senador acrescentou a respeito de senadores falsos e de deputados fáscos.

Disse o nobre senador que o Sr. Paula Souza enunciou uma idéa com que elle concorda, isto é, que não daria, nem consentiria seus adversários em empregos de confiança. Eu creio que o nobre senador conhece as minhas opiniões a este respeito há muito tempo; nem era preciso que eu na tribuna as enunciasse para que elle as conhecesse. Eu sempre fui de opinião que os empregados de confiança erão aquelles sobre quem devia recair alguma austeridade do governo. Em qualquer repartição, por exemplo, os chefes devem ser de inteira confiança do governo; são elles os que mantêm regularmente essas repartições, porque o respeito que se lhe tem faz que os mais empregados se dirijam bem; e quando se não dirijam, os chefes procuram corrigi-los na forma das leis. De modo que basta que haja maior facilidade de remover os chefes, para que as repartições se dirijam bem. Estas forao sempre as minhas opiniões, tanto assim que até houve idéia minha (o nobre senador bem o sabe) de dar alguma estabilidade aos empregados que não fossem de mera confiança.

Mas o nobre senador disse que o ministerio actual não estava nessas idéias, que levava a sua animadversão até aos meirinhos, até aos empregados que não podião influir na política. Não sei a que se refere o nobre senador se o nobre senador apontasse factos, pedindos discuti-los, e talvez explicá-los sem entrarmos na teoria da confiança. Eu não vejo divergência alguma entre as minhas idéias, ou as do ministerio nesta parte. Os outros empregados que não são de confiança também poderão merecer correções; mas não devem estar nem estao no mesmo caso que os de confiança; são estes os que devem estar em maior analogia, maior identidade com o governo e suas opiniões. Unilim, é necessário que as repartições se dirijam pelo espírito que dirige supremamente os negócios públicos. Não sei que houvessem outras opiniões no ministerio antes de completar-se; são as mesmas. O Sr. Paula Souza foi convidado desde 22 de maio, e nós tivemos o seu assentimento, sua adhesão em uma carta que recebemos e que esperamos ansiosamente.

Disse-se que o programma do ministerio antes de completo era—favor aos amigos; talvez fossem as palavras mal aplicadas, mas eu expliquei-as na outra

camara; querem dizer—as pessoas que estão mais em relação com o governo em quanto a opiniões e maneira de ver os negócios, são as que serão preferidas para os empregos de confiança; e vejo que o nobre senador a quem responde é desta opinião, que o governo não pode servir-se, em cargos de confiança, com seus adversários. É esta a nossa idéa. Eu fico satisfeito e muito contente de ver que o nobre senador, hoje mais esclarecido, ou tendo obidado suas explicações da politica que existia, se resolve a apoiar esta administração, porque realmente prezó muito, conceitu muito o voto do nobre senador e sua cooperacão.

O Sr. PAULA SOUZA (ministro do império):—Esqueceu-me falar no que deu motivo a esta digressão, que é a resolução que se discute.

O senado ha de lembrar-se de que só tenho votado por pensões quando se trata de remuneracao de serviços reais feitos no serviço publico, voto por elle. Se se não conceder isto aos que estão neste caso, a quem se ha de conceder? E é mesmo para se poder conceder a estes que eu quero economizar a respeito dos outros (*apoiaos*).

O Sr. VASCONCELLOS:—Desejo ainda dizer duas palavras.

Eu considero a existencia de um presidente do conselho como objecto de muita monta, de muita influencia na sociedade; por isso o senado me desculpará de que eu já ainda faça algumas observações roubar-lhe o precioso tempo.

Um presidente do conselho dá, em minha opiniao, duplicada força ao poder executivo. Seis homens vivendo isolados, ou com pequenas conferencias, podem muitas vezes, cada um de per si, compadecer-se da desgraça, quando cada um delles obca desempaihadamente. Se o patronato é pessimo, se é um dos maiores flagelos de uma sociedade bem constituida, todavia, quando esta tem chegado a certo grau de corrupção, nem sempre é condonável; muitas vezes traz beneficio ao individuo, e mesmo a uma parte da sociedade. Um presidente do conselho, porém, tolhe muito a accão administrativa de seus collegas, isto é, a maior liberalidade nos seus actos, porque a cada passo os está advertindo de que se arredão da senda em que convém trilhar. Daqui vem a unidade do poder executivo, e por consequencia duplicada força no ministerio. Se, pois, a politica proclamada não for literalmente e em muito bem se observada, ai do Brazil! Então não haverá recurso algum; se continuar o sistema de que ate ao presente temos sido victimas, não ha nada mais perigoso, mais funesto do que a criação do presidente do conselho. E este ao menos o meu sentimento.

Um ministro tem certas afições particulares, outro tambem as tem, outros sao homens formados de carne e sangue, mas podem deixar de se render a certas afições quando assim achão muitos inconvenientes. Dahí vem que um ministro pode ganhar as sympathias de um ministro, ser protegido contra injustiças; mas quando este ministro não tem a accão livre, quando tem sempre por diante o presidente do conselho, que lhe abreto o caminho

que deve trilhar, dobra-se o peso do não governo.

Ora, no caminho em que tem marchado a sociedade brasileira há certo tempo a esta parte é preciso que encontremos, enfim, uma esperança, um recurso para não desesperarmos. Recorro eu ao juiz municipal, o juiz municipal faz-me justiça; mas essa justiça não agrada à autoridade superior da província ou ao ministerio e o juiz municipal removido ainda que a lei não autorise a remoção. Se o juiz municipal não me faz justiça, recorro ao juiz de direito; este me atende, mas os superiores não desejam que eu seja atendido, é o juiz de direito removido. O que acontece pois? Eu que o juiz de direito, quando vai dar o despacho, ou a sentença procura julgar se eu sou ou não protegido pelo governo, se eu me presto a todas as exigências que o governo me faz; se me considera inimigo do governo, nêmesa me faz justiça, todos os meus actos condena.

Um ministro da justiça que não estivesse preso pelos laços de unidade que se estabelece, podia muito bem tolerar que um juiz de direito fizesse justiça; mas se não for essa a vontade do primeiro ministro, não ha remedio, não ha esperança.

Pelos motivos os mais insignificantes tem sido removidos juizes de direito, por motivos que até nem tem sido bem averiguados, nem mesmo se tem avaliado pelas informações dos presidentes das províncias, de sorte que hoje considera-se a justiça como um meio de lograr-nos; requerer justiça, citar leis, allegar razões, por mais ponderosas que sejam, é próprio de quem não conhece a sociedade, é (para me exprimir com mais clareza) ou de velhacos ou de logrados, ou de logrados ou logrões, como se costuma dizer.

Sa, pois, a política anunciada na cámara dos deputados pelo Sr. Paula Souza não foi fielmente executada.... não enumerei o que desejava.... O Brasil amaldiçoará a criação da tal presidência do conselho; o mesmo nobre senador que foi causa de soar esse nome pela primeira vez nos conselhos da coroa terá de arrepender-se.

Eu não citei factos, como me provocou a fizé-lo o nobre ministro presidente do conselho, porque não quero que um débito tão sério, tão grave, torne-se irritante; por mim, lancet um véo sobre todo o passado uma vez que o Brasil tenha a ventura de ver fielmente observado o que está promettido no programma do Sr. Paula Souza. Se a administração seguir esta vereda, lancet, repito, o véo sobre todo o passado (*apoiados*).

Tenho ainda de fazer uma observação que não se refere a individuos. Eu entendo que nas circunstâncias em que foi organizada a administração actual, não era consequência necessária ser primeiro ministro o que organizou. Já disse, não contesto ao nobre ministro da fazenda toda a capacidade para desempenhar este cargo; mas, quando se trata de questões de princípios de conservação, a ninguém pode ser devidamente offensiva a sua enumeração. O que digo hoje a respeito da actual presidência do conselho, diria se o Sr. Paula Souza tivesse organizado o ministerio e estivesse no seu lugar o Sr. Manoel Alves Branco. A presidência do conselho

é uma criação necessária do sistema representativo; não são as leis, não são os decretos que a creaõ, são as necessidades deste governo....

O Sr. ALVES BRANCO (presidente do conselho): — Apoiado.

O Sr. VASCONCELLOS: — Se nós tivéssemos câmaras legislativas, como espero que havemos de ter um dia....

O Sr. PAULA SOUZA (ministro do império): — So tivermos lei de eleições.

O Sr. VASCONCELLOS: — ... os ministérios que tem existido se terão apresado a crear esta entidade. Os presidentes do conselho podia-se dizer que são obra dos mesmos ministros; recorde de ordinário esta nomeação no que é incumbe de organizar o conselho; elle procura os seus amigos e os seus amigos de ordinário o reconhecem habilitado para o desempenho das altas funções da presidencia. No caso em que estamos não se davam estas circunstâncias; mas eu posso tudo isto de parte, o que julgava conveniente era que a pasta que reconesse a presidencia do conselho fosse a que mais influencia exerce no paiz. Conheço que na Inglaterra é sempre primeiro ministro o ministro da fazenda; porém esse que se chama ministro da fazenda em Inglaterra não é o administrador, bem que algumas vezes elle desça às particularidades da administração da fazenda, segundo o seu gênio, segundo os seus gostos, ou mesmo porque deseja primar mais nessa administração. Mas não se segue daqui que a Inglaterra reconheça que a primeira pasta, a de mais alta importância, a que deve ser o lujo de união de todas as outras, a que deve chamar todos os negócios à concordia para se conseguir o fim, seja sempre a pasta da fazenda.

Sr. presidente, eu não desejo alongar-me mais sobre esta matéria; o meu desejo é que se faça algum serviço ao paiz, e por isso declaro que estimarei muito ver executado este programma, porque entendo que elle ha de contribuir muito para que se confundam todos os partidos (*apoiantos*), e até todas as facções (*apoiantos*). Não tenho outro desejo, não faço outros votos.

Concluo agradecendo muito ao Sr. ministro da fazenda o favor com que me tratou....

O Sr. A. BRANCO (presidente do conselho): — Sempre o tratei assim.

O Sr. VASCONCELLOS: — Em outro tempo nunca neguei o meu voto ao Sr. ministro da fazenda, até fiz mais; quando seus próprios colegas o combatiam na cámara dos deputados, eu oferecia o fraco apoio de minha voz, do meu voto, às propostas do nobre ministro da fazenda; mas de certo tempo em diante senti e senti muito separar-me de sua opinião, de sua marcha administrativa.

Voto pela resolução; o que desejava era que examinássemos se tínhamos meios de evitar esta continua renúncia de reformas desta ordem ao corpo legislativo.

Nós temos criado aqui uma caza de inválidos, e para ella se exigiu sempre muito dinheiro. Eu tenho, mas outras sesões, mostrado que parece que essa caza não foi criada senão para se aplicarem dinheiros para a sua manutenção, sem que ella preste serviço algum. Parece-me que estas repetidas renúncias me justificam o juizo que formei desto estabelecimento.... Mas é questão própria do orça-

mento da guerra; quando deste orçamento se tratar, então direi alguma cousa a este respeito.

Voto pela resolução.

(*Jorn. do Commercio*)

Recife, 17 de agosto de 1847.

— Pela barca *Esther-Anne* recebemos mais alguns jornais ingleses, que chegam a 9 de julho último.

Na casa dos lordes disse lord Brougham, no dia 5, que "observava que prosseguiam os preparativos para uma eleição geral, e confessava que olhava com horror e desgosto para o passado, e com desanimo para o futuro, quando se recordava do suborno, corrupto e intimidação, que se empregaram para com os votantes na eleição geral de 1841. Que elle tinha então chamado a atenção da casa para esse objecto; e como estavam prestes a haver outra eleição geral, e provavelmente haveria repetição das mesmas scenas, julgava conveniente que se fizesse aos partidos anticipada advertência, para que não fossem culpados sem ser avisados." Parece que o nobre lord concluía dando notícia de uma moção a respeito, para a qual fixou depois o dia quinta-feira seguinte (8).

Na casa dos comuns levantou-se, no mesmo dia (5), Mr. Osborne para fazer a moção de que havia dado prévia noticia sobre os negócios de Portugal; e concluiu o seu discurso propondo que "incumbia ao governo inglez, já que tinha interferido nos negócios daquella paiz, tomar medidas para preservar os direitos e privilégios do povo portuguez, e insistir sobre a imediata restituição do conde Bomfim e de seus companheiros da colônia penal de Anguila à sua pátria."

E depois de ter respondido lord Palmerston em extenso discurso, seguindo-se prolongado debate, no qual tomaram parte diversos oradores, disse Mr. Osborne, que "entendendo, como entendia, que o nobre lord, que se achava à testa do governo, havia promettido que insistiria em que o conde Bomfim e seus compatriotas fossem retirados de Anguila, elle anunçaria ao pedido que lhe era feito e consentiria em retirar a sua moção"; o que com efeito fiz com permissão da casa.

Na sessão de 6 fizeram-se ainda algumas interpelações acerca de Portugal, as quais induziram lord Palmerston a declarar que "na sua opinião tanto o conde das Antas como o Sá da Bandeira tinham direito a ser comprehendidos na amnistia publicada pela rainha de Portugal."

Mr. Moffatt propôz depois, que a casa se resolvesse num comissão de toda ella para tratar dos direitos sobre o açucar; e disse que o seu intento no fazé-lo era apresentar um bill para a revoqueção dos direitos diferenciais sobre o açucar refinado.

Mr. Ewart apoiou a moção num breve discurso; mas, depois de algumas observações do chanceler do exchequer em oposição a elle, foi retirada a moção.

Na sessão da manha de 8, na casa dos comuns, antes que ella passasse ao expediente fez lord J. Russell uma exposição das razões que induziam o governo a returar a medida mais importante que restava a sua consideração, que era o bill sobre a saída das povoações. Es-

as razões eram em resumo o período adiantado da sessão o pouco progresso que o Bill tinha feito na comissão a oposição vexatoria a que estava exposto, e a impossibilidade de ser devidamente meditado pelo imediato prospecto de uma eleição geral.

(*Diário de Pernambuco.*)

## REVISTA.

### A Política da Conciliação.

—Em quanto o Observador e o Estandarte exageram o exclusissimo a que se atem os homens mais proeminentes de todos os partidos, as primeiras capacidades do paiz, invocam a conciliação, como princípio salvador, e o único capaz de trazer-nos algum melhoramento. O Sr. Paula Souza, ministro do império, apresentou o seu programa na cámara dos deputados, explicando a política do gabinete, o Sr. Vasconcellos que pode ser considerado como o chefe, ou como o membro mais ilustre da oposição, aplaudiu e aderiu no senado à política do programa, concordando em quasi tudo com as ideias do Sr. Paula Souza. Quando aqui transcrevemos esse programa, logo dissemos que era elle tão adaptado ás nossas circunstâncias, que si a oposição subisse hoje ao poder, e nomeadamente o Sr. Vasconcellos, faria um programa no mesmo sentido pouco mais ou menos. E a acquiescência do nobre senador por Minas as ideias do nobre ministro do império mostrou que nos não enganamos em nossos juízos. O Sr. Vasconcellos vai ainda além na louvável fraqueza com que se exprime, e deseja que a política enunciada possa fazer desaparecer os partidos e facções que nos dividem.

Assim a conciliação é não só uma idéa dominante, mas uma necessidade reconhecida pelos nossos primeiros estadistas, e levada a efeito nesta província mostra quão acertados tem andado o Sr. Franco de Sá e a liga que o apoia. E si por pregarmos a conciliação e adherirmos á política do ministério, somos Sancta Lúzia, como diz o Sr. Cândido Mendes, somo-lo com o Sr. Vasconcellos que vai de acordo com essa política, e com cujos discursos respondemos no Observador que ainda a pouco nos perguntava, a qual dos dois lados em que se divide o império pertence a figura? Nesses discursos e nos do Sr. Paula Souza terá o contemporâneo mais uma prova de que os antigos partidos vão inteiramente desaparecendo, ou refundindo-se em outros novos, pois as idéias de conciliação dominam por toda a parte, e fazem proselitos entre os homens mais ilustrados e eminentes de todas as crenças.

Esta conciliação que tanto se estende e fructifica, ou antes este princípio social que conquista todas as nossas capacidades, não é senão a tendência irresistível da sociedade brasileira para o seu *bem estar*, altamente pronunciada na necessidade de aplicar a política, até aqui estéril entre nós, no desenvolvimento das faculdades progressivas do paiz. E quando uma tal tendência se manifesta em qualquer nação, não são os homens superiores que tratam de oppôr-lhe inutiles e raas barreiras; pelo contrario, intelligen-

cias como as dos Srs. Paula Souza e Vasconcellos, andão sempre a par, senão adiante do movimento civilizador do seu século. Eis a razão porque esses dois homens tanto tempo adversários, ou rivais, se achão hoje uniformizados em política. Querer que os homens sejam estacionários, é querer que o sejam também as sociedades que os comprehendem, o que é impossível por ser inteiramente repugnante á natureza destas e daquelas.

O mesmo contemporâneo que se propunha a princípio a sustentar os interesses dos *cabanos puros* a quem christom com o nome de saquaremas, já se moveu do seu propósito para defender a polícia dos Srs. Mariani e Cerqueira Pinto, a qual era o flagello desses cabanos, e achou-se as duas por tres constituido organo da camarilha: —o mesmo contemporâneo pois é uma prova vivente destas vicissitudes. *Tempora mutantur, et nos mutarur in illis.*

### O discurso do Sr. José Thomaz.

—O Sr. Joze Thomaz dos Santos e Almeida fez um virulento discurso contra o Sr. Franco de Sá, na cámara dos deputados onde foi ouvido com distração e tédio, sendo de quando em quando chamado a ordem pelo presidente da casa. Respondeu-lhe na mesma cámara o Sr. Toscano de Britto, e na dos senadores o Sr. Costa Ferreira.

Não temos agora espaço para analisar esse extenso discurso, o que faremos em outra ocasião; mas sempre diremos de passagem que, no lél-o, figurou-se-nos estar lendo um no do Estandarte, tanta era a sua acritonia! Baldo de razões e fetos em que apoiasse a sua censura contra o presidente do Maranhão, cuja substituição pedia no final de cada parágrafo, o Sr. Joze Thomaz encheu as colunas do Jornal do Commercio quasi exclusivamente com negócios de partido, pretendendo dar a conciliação aqui operada entre hemisférios, cabanos e dissidentes como oposita ao programa do Sr. Paula Souza! A razão que parece ter levado o Sr. Joze Thomaz a fazer uma acusação tão pueril como apaixonada, foi o saber que o Sr. Franco de Sá, disposto a deixar toda a liberdade nas eleições, não fazia lista de deputados; e como elle tem consciêcia de que nunca será eleito pelo voto espontâneo dos maranhenses, quer um presidente que o faça eleger *officialmente*, visto que o actual a isso se não presta. Eis o que se conclui de tal discurso.

### Quinão na Revista.

—Na Revista n. 405 notámos pela segunda maneira um disparate do Observador do número 5.º:

“Lembrados estaria os leitores de que elle (o Sr. Cândido Mendes), quando escrevia avisos, queixava-se amargamente, nas suas respostas á Revista, do presidente da província, por conservar, ou não demitir os delegados e subdelegados de polícia, que opprimiu os cabanos; pois agora, depois que se fez Observador semanal, é tudo pelo avesso, porque censura o presidente, por demitir em alguns pontos esses mesmos agentes opressores a quem desejava ento ver desautorizados, e com tanta injustiça o faz, que não tendo a lei sujeitado estas demissões a proposta do chefe de polícia, quer elle que o sejão, causa que nem o pro-

prio Estandarte, com ser camarilha da gemma, se lembrou ainda de sustentá-la.”

O que faz agora o Observador n. 6? inverte o que dissemos, e para refutar as proposições quo arranjou, cita-nos a disposição do regulamento de 31 de janeiro de 1842 que manda ouvir o chefe de polícia sobre as demissões dos delegados e subdelegados, como se nã tivessem falado em audiencia, e não em proposta! Isto nem resposta merece.

Porem o mais curioso são as proposições extraordinárias que no mesmo artigo emite o contemporâneo, e taes como essa: —quando o presidente vive em harmonia com o chefe de polícia nunca lhe deve rejeitar uma só proposta; —mas quando o presidente não está satisfeito com o chefe de polícia deve pedir a demissão deste, e si a não obter dar a sua, ou viver com elle em melhor harmonia. —De sorte que em regra geral nunca o presidente deve rejeitar as propostas do chefe de polícia, porque é sempre obrigado a viver com elle em harmonia, quer o chefe a isso se preste, quer não. Tomamos nota desta singular jurisprudência com que o Observador pretende subordinar a primeira autoridade da província ao seu querido chefe de polícia.

Quem diz que o presidente tem demittido delegados e subdelegados sem audiencia do seu respectivo chefe, é o Observador o seu aliado o Estandarte; pois se o não tem feito por escrito, tem-no feito boca mente, chaminando a sua presença o mesmo chefe.

Quanto á alteração da ordem dos suplementos, o mesmo Observador confessa que a lei não exigia para isso proposta ou audiencia do chefe de polícia, mas o seu chefe o exige, e assim se devia praticar.

Tomamos simplesmente nota destas cousas para nos accuarmos com elles mais de espaço, assim como com a 2.ª autoridade independente que o Observador crê na província, e não é outra senão o seu chefe de polícia.

### Crime horroso!

—Foi hontem (30 de agosto) stuprada uma creança de oito meses!! Fuz-se imediatamente corpo de deficto, e ha esperanças de ser a infeliz curada. E indigitado como author de semelhante monstruosidade Ignacio Vieira Lima —secretario da capitania do porto.

### Tentativa de roubo.

—Amanhescendo para hontem (30 de agosto) foi acometida a casa dos Srs. Guimaraes Magalhães e Silva por um ladrão, que se havia ali introduzido de tarde; mas sendo presentido por um caiçaro, que deu-lhe um tiro de pistola, evadiu-se sem poder ser reconhecido, e ató hoje ainda se não pode saber quem era.

(*Do Progresso.*)

### AVISOS.

—Bixas a venda na quitanda de Guimaraes & Oliveira, rua do Gáz.

—Em casa de Antonio Joze Vieira, existe uma carta vindia de Portugal para o Sr. Manoel Gomes da Silva.